

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Ouro Verde do Mato Grosso -
Sicredi Ouro Verde MT**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
Lucas do Rio Verde - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
CIRCULANTE	1.715.292	1.370.650	CIRCULANTE	931.239	571.762
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.461	7.924	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		763.823	740.116	Depósitos à Vista	260.890
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2	5	Depósitos a Prazo	204.636
Correspondentes no País		233	262		56.254
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	763.588	739.849	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	558.607
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	857.016	559.056	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	25
Operações de Crédito		918.283	627.131	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(61.267)	(68.075)		558.582
OUTROS CRÉDITOS		52.693	44.074	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3.185
Créditos por Avais e Fianças Honrados		8.007	2.366	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.185
Rendas a Receber		3.484	6.634		2.578
Diversos	(NOTA 07)	51.192	38.479	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)		(9.990)	(3.405)	Empréstimos País - Outras Instituições	27.472
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	31.299	19.480		78.489
Outros Valores e Bens		45.978	26.586		27.472
(Provisão para desvalorização)		(14.870)	(7.494)		78.489
Despesas Antecipadas		191	388	OUTRAS OBRIGAÇÕES	81.085
NÃO CIRCULANTE	366.310	261.832	NÃO CIRCULANTE	638.005	626.089
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		366.310	261.832	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	3.319	589		638.005
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.319	589	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	260.650	164.423	Depósitos a Prazo	583.462
Operações de Crédito		310.113	221.750		583.462
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(49.463)	(57.327)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	5.342	2.131	Repasses Interfinanceiros	12.404
Diversos		9.210	2.199		12.404
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)		(3.868)	(68)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	64.936	64.957	Empréstimos País - Outras Instituições	40.000
Outros Investimentos		64.936	64.957		50.000
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	23.690	21.754	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)
Imóveis de Uso		9.327	7.668	Diversas	2.139
Outras Imobilizações de Uso		25.434	23.704		2.139
(Depreciação acumulada)		(11.071)	(9.618)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	512.358
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	8.373	7.978		434.631
Outros Ativos Intangíveis		15.924	13.544	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)
(Amortização acumulada)		(7.551)	(5.566)	De Domiciliados no País	235.993
				(Capital a Realizar)	214.856
					237.320
					(1.327)
					(439)
				RESERVAS DE SOBRAS	247.356
					192.721
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	29.009
					27.054
TOTAL DO ATIVO	2.081.602	1.632.482	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.081.602	1.632.482

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 Reapresentado		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	117.806	-	117.806	234.387	2	234.389	236.889	13	236.902
Operações de Crédito	117.741	-	117.741	234.280	3	234.283	236.813	13	236.826
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	69	-	69	115	-	115	76	-	76
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(4)	-	(4)	(8)	(1)	(9)	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(63.309)	(1.930)	(65.239)	(130.522)	(3.282)	(133.804)	(176.469)	(1.844)	(178.313)
Operações de Captação no Mercado	(23.700)	(53)	(23.753)	(55.083)	(92)	(55.175)	(65.939)	(63)	(66.002)
Operações de Empréstimos e Repasses	(25.496)	(1.877)	(27.373)	(46.817)	(3.190)	(50.007)	(42.211)	(1.781)	(43.992)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.113)	-	(14.113)	(28.622)	-	(28.622)	(68.319)	-	(68.319)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	54.497	(1.930)	52.567	103.865	(3.280)	100.585	60.420	(1.831)	58.589
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(10.480)	8.835	(1.645)	(7.503)	15.975	8.472	1.684	13.704	15.388
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	9.005	14.375	23.380	17.403	26.264	43.667	18.335	20.262	38.597
Rendas de Tarifas Bancárias	7.031	-	7.031	13.730	-	13.730	13.195	2	13.197
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(23.905)	(2.057)	(25.962)	(47.299)	(3.679)	(50.978)	(45.267)	(2.464)	(47.731)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(22.261)	(2.639)	(24.900)	(43.817)	(4.641)	(48.458)	(38.830)	(3.030)	(41.860)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(776)	(693)	(1.469)	(1.181)	(1.239)	(2.420)	(752)	(928)	(1.680)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	40.027	823	40.850	95.295	959	96.254	168.521	2.249	170.770
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(19.601)	(974)	(20.575)	(41.634)	(1.689)	(43.323)	(113.518)	(2.387)	(115.905)
RESULTADO OPERACIONAL	44.017	6.905	50.922	96.362	12.695	109.057	62.104	11.873	73.977
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(7.248)	(32)	(7.280)	(13.526)	(1.395)	(14.921)	1.201	91	1.292
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	36.769	6.873	43.642	82.836	11.300	94.136	63.305	11.964	75.269
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.314	1.314	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	771	771	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	543	543	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	36.769	8.187	44.956	82.836	11.300	94.136	63.305	11.964	75.269
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	11.300	(11.300)	-	11.964	(11.964)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	36.769	8.187	44.956	94.136	-	94.136	75.269	-	75.269
DESTINAÇÕES	-	-	-	(65.127)	-	(65.127)	(48.215)	-	(48.215)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(16.476)	-	(16.476)	(15.981)	-	(15.981)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.901)	-	(2.901)	(2.705)	-	(2.705)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(26.108)	-	(26.108)	(24.348)	-	(24.348)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(19.642)	-	(19.642)	(5.181)	-	(5.181)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	29.009	-	29.009	27.054	-	27.054

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	195.226	156.489	20.409	372.124
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.646	-	(13.235)	(6.589)
Destinações para reservas	-	6.703	(6.703)	-
Outras destinações	-	-	(471)	(471)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	9.118	-	-	9.118
Baixas de capital	(10.924)	-	-	(10.924)
Resultado do período	-	-	75.269	75.269
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.705)	(2.705)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.348	(24.348)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.790	-	(15.981)	(1.191)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.181	(5.181)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	214.856	192.721	27.054	434.631
Mutações do Período	19.630	36.232	6.645	62.507
Saldos no início do período em 01/01/2017	214.856	192.721	27.054	434.631
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.787	-	(17.497)	(8.710)
Destinações para reservas	-	8.885	(8.885)	-
Outras destinações	-	-	(672)	(672)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	8.551	-	-	8.551
Baixas de capital	(11.554)	-	-	(11.554)
Resultado do período	-	-	94.136	94.136
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.901)	(2.901)
Reserva Legal - Estatutária	-	26.108	(26.108)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.353	-	(16.476)	(1.123)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	19.642	(19.642)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	235.993	247.356	29.009	512.358
Mutações do Período	21.137	54.635	1.955	77.727
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	221.616	201.606	49.180	472.402
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.356	-	-	4.356
Baixas de capital	(5.332)	-	-	(5.332)
Resultado do período	-	-	44.956	44.956
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.901)	(2.901)
Reserva Legal - Estatutária	-	26.108	(26.108)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.353	-	(16.476)	(1.123)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	19.642	(19.642)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	235.993	247.356	29.009	512.358
Mutações do Período	14.377	45.750	(20.171)	39.956

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	59.376	101.353	91.055
Resultado do semestre/exercício	44.956	94.136	75.269
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	14.420	7.217	15.786
(Reversão) Provisão para operações de crédito	228	(14.673)	13.475
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	5.879	7.377	(454)
Provisão para desvalorização de outros créditos	8.435	10.386	1.042
Depreciação do imobilizado de uso	1.457	2.805	2.353
Amortização do intangível	980	1.986	1.197
Baixas de investimentos	22	22	-
Baixas do ativo permanente	1.020	1.481	537
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(101)	(147)	56
Destinações ao FATES	(2.901)	(2.901)	(2.705)
Dividendos SicrediPar	(599)	881	285
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(203.131)	(52.966)	91.082
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.069)	(2.730)	(72)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	11.053	3	(5)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	125	28	(153)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(234.840)	(379.515)	348.231
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	126.212	330.386	(354.220)
(Aumento) em outros créditos	(17.184)	(23.096)	(4.048)
(Aumento) em outros valores e bens	(8.472)	(19.197)	(6.935)
Aumento (Redução) em depósitos	(26.395)	85.674	128.868
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1.206)	607	674
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(67.024)	(61.016)	(25.458)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.619)	(4.089)	(2.512)
Aumento em outras obrigações	18.288	19.979	6.712
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(143.755)	48.387	182.137
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.322)	(6.222)	(7.909)
Aplicações no Intangível	(1.391)	(2.381)	(2.297)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.713)	(8.603)	(10.206)
Integralização de capital	4.356	8.551	9.118
Baixa de capital	(5.332)	(11.554)	(10.924)
Juros ao capital próprio	(1.123)	(1.123)	(1.191)
Distribuição de Sobras	-	(9.382)	(7.060)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.099)	(13.508)	(10.057)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(151.567)	26.276	161.874
Caixa e equivalente de caixa no início do período	925.616	747.773	585.899
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	774.049	774.049	747.773

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 24/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, foi reapresentado, no Balanço Patrimonial, os valores referentes as Obrigações por empréstimo no País - Outras Instituições segregando o saldo em Passivo Circulante e Passivo Realizável a Longo Prazo, antes apresentado totalmente no Passivo Circulante.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Passivo circulante	621.762	(50.000)	571.762
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	128.489	(50.000)	78.489
Empréstimos País - Outras Instituições	128.489	(50.000)	78.489
Passivo Não circulante	576.089	50.000	626.089
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	-	50.000	50.000
Empréstimos País - Outras Instituições	-	50.000	50.000
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(181.526)	3.213	(178.313)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(71.532)	3.213	(68.319)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	18.601	(3.213)	15.388
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(39.816)	(2.044)	(41.860)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(114.736)	(1.169)	(115.905)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliação procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

I) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	10.461	7.924
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	763.588	739.849
Total	774.049	747.773

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.319	589
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.319	589
Total realizável a longo prazo	3.319	589

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	444.155	257.326	701.481	563.724
Financiamentos	28.963	39.217	68.180	83.385
Financiamentos rurais e agroindustriais	445.165	13.570	458.735	201.772
Carteira total	918.283	310.113	1.228.396	848.881

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	8.007	-	8.007	2.366
Devedores por compra de valores e bens	1.780	9.207	10.987	3.187
Títulos e créditos a receber (i)	37.347	3	37.350	26.526
Total	47.134	9.210	56.344	32.079

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	25	-	-	-
Nível A	0,50	339.688	197.591	1.698	988
Nível B	1,00	554.508	299.414	6.407	2.994
Nível C	3,00	152.363	91.790	4.571	2.754
Nível D	10,00	87.769	117.146	8.777	11.715
Nível E	30,00	34.219	60.603	10.266	18.242
Nível F	50,00	39.135	40.248	19.568	20.124
Nível G	70,00	12.439	7.035	8.707	4.925
Nível H	100,00	64.594	67.133	64.594	67.133
Total (i)		1.284.740	880.960	124.588	128.875

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	26.951	91.026	256.231	225.019	599.227
Rural	530	32.977	411.658	13.570	458.735
Industrial	293	2.986	1.884	1.614	6.777
Comércio	3.057	37.331	51.155	46.328	137.871
Outros Serviços	2.382	21.834	25.122	32.792	82.130
Total	33.213	186.154	746.050	319.323	1.284.740
					880.960

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	112.864	8,78	82.964	9,42
50 devedores seguintes	270.478	21,05	188.838	21,44
100 devedores seguintes	257.569	20,05	147.759	16,77
Demais	643.829	50,11	461.399	52,37
Total	1.284.740	100	880.960	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	128.875	114.358
Constituição de provisão	28.622	68.319
Movimentação de baixados para prejuízo	(32.909)	(53.802)
Saldo final	124.588	128.875

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 34.497 (2016 - R\$ 20.473), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 42.128 (2016 - R\$ 135.185).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	386	395
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.987	4.313
Devedores por compra de valores e bens	1.780	989
Devedores por depósitos em garantia	1.110	896
Impostos e contribuições a compensar	1.542	1.906
Títulos e créditos a receber	37.347	26.525
Valores honrados	21	340
Cotas de consórcio	5	5
Devedores por convênios	1	-
Operações com cartões	162	154
Pendências a regularizar	1.014	531
Outros	3.837	2.425
Total Circulante	51.192	38.479

Devedores por compra de valores e bens	9.207	2.198
Títulos e créditos a receber	3	1
Total realizável a longo prazo	9.210	2.199

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	45.978	26.586
Imóveis	45.376	26.009
Veículos e afins	-	30
Máquinas e equipamentos	19	26
Bens em regime especial	583	521
Despesas antecipadas	191	388
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(14.870)	(7.494)
Total Circulante	31.299	19.480

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 14.870 (2016 - R\$ 7.494) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	32.237	32.237
Sicredi Participações S.A.	32.695	32.695
Outras Participações e Investimentos	4	25
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outros Investimentos	-	22
Total	64.936	64.957

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	10.616.768 ON	10.616.768 ON	4	4	32.236.684	32.236.684
	22.078.482 PN	22.078.482 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	3,74%	3,76%	2,25%	2,34%	27,45%	27,45%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	32.695	32.695	4	4	32.237	32.237

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	34.761	(11.071)	23.690	21.754
Imobilizações em curso	-	4.328	-	4.328	3.208
Terrenos	-	4.057	-	4.057	2.777
Edificações	4%	5.270	(1.870)	3.400	3.049
Instalações	10%	7.448	(2.417)	5.031	4.908
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.868	(2.184)	3.684	3.986
Sistema de comunicação	10%	184	(68)	116	134
Sistema de processamento de dados	20%	6.107	(3.722)	2.385	2.762
Sistema de segurança	10%	625	(291)	334	398
Sistema de transporte	20%	874	(519)	355	532
Intangível (i)		15.924	(7.551)	8.373	7.978
Investimentos Confederação		15.924	(7.551)	8.373	7.978
Total		50.685	(18.622)	32.063	29.732

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	204.636	-	-	204.636	152.440
Depósitos a prazo	10.191	46.063	583.462	639.716	606.238
Total	214.827	46.063	583.462	844.352	758.678

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	439.275	189.476
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	439.275	189.476
Outros Recursos	119.307	46.780
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	119.307	46.780
Total circulante	558.582	236.256
Recursos do Crédito Rural	12.404	4.356
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.404	4.356
Total exigível a longo prazo	12.404	4.356

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 02/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016 (Reapresentado)
Empréstimos no país - outras instituições	27.472	78.489
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	16.851	15.412
Outras instituições	10.621	63.077
Total circulante	27.472	78.489

Empréstimos no país - outras instituições	40.000	50.000
Outras instituições	40.000	50.000
Total exigível a longo prazo	40.000	50.000

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,16% a.m. com vencimento até 15/11/2020.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1	9
Obrigações por convênios oficiais	4	78
Provisão para pagamentos a efetuar	11.764	9.690
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	602	749
Outras Contingências	21	24
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	12.603	13.220
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	128	220
Pendências a regularizar	387	59
Operações com cartões	37.097	25.454
Demais fornecedores	1.147	744
Credores diversos	5.833	4.156
Total circulante	69.587	54.403
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	2.139	2.139
Total exigível a longo prazo	2.139	2.139

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	94	100	(70)	124
Cível	539	110	(287)	362
Tributária	116	-	-	116
Total	749	210	(357)	602

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	124	94
Cível	Provável	362	539
Tributária	Provável	116	116
Total		602	749

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 685; R\$ 2.135 e R\$ 401 (2016 – R\$ 69, R\$ 976 e R\$ 617), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 1261856, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ICMS. O processo encontra-se em fase de impugnação, atingindo o valor de R\$ 394, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	235.993	214.856
Total de associados	59.554	56.424

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 21.137 (2016 – R\$ 19.630), sendo R\$ 24.140 (2016 – R\$ 21.436) via integralização de resultados e R\$ 8.551 (2016 – R\$ 9.118), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 11.554 (2016 – R\$ 10.924).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 16.476, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	94.136	75.269
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(39.537)	(31.613)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	152	16
Provisão PPR	99	(10)
Receita com atos cooperativos	34.791	26.609
Juros sobre capital próprio	6.920	6.712
Outros	(2.425)	(1.714)
Subtotal	39.537	31.613
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016 (Reapresentado)
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.319	589
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	763.588	739.849
Outros Créditos - Rendas a receber	2.680	1.898
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.785	4.145
Despesas antecipadas (Nota 08)	139	348
Investimentos (Nota 09)	64.936	64.936
Intangível (Nota 10)	8.373	7.978
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	570.986	240.612
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	67.472	128.489
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	36.374	24.570
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	2.267	2.359
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	115	76
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	14.322	9.655
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	82.854	136.073
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	50.007	43.992
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	4.042	4.137
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	20.707	20.127

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	651	0,32%	994
Depósitos a prazo	5.051	0,79%	7.883
Operações de crédito	10.087	0,82%	19.630

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	4.237	3.749

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	1.416	1.414
Despesa de aluguéis	3.623	3.355
Despesa de comunicação	2.395	2.225
Despesa de manutenção e conservação	2.573	2.496
Despesa de material	762	800
Despesa processamento dados	690	557
Despesa de promoções e relações públicas	5.817	5.356
Despesa de propaganda e publicidade	1.228	1.031
Despesa de seguro	489	279
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.913	3.418
Despesa de serviços de terceiros	1.521	1.248
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.263	2.044
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.558	1.871
Despesa de serviços de transpostes	3.763	3.282
Despesa de viagem	707	569
Outras despesas administrativas	14.740	11.915
Total	48.458	41.860

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	3.749	7.421
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	80.666	92.347
Reversão de provisões operacionais	6.026	25.546
Outras rendas operacionais	5.813	45.456
Total	96.254	170.770

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	13.165	20.542
Contribuição O.C.E.	121	105
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.119	3.485
Contribuição Confederação Sicredi	10.426	8.922
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.402	2.154
Encargos da administração financeira	455	509
Repasso administradora de Cartões	1.060	1.182
Depreciação e amortização	1.986	1.209
Outras provisões operacionais	5.703	29.828
Outras despesas operacionais	5.886	47.969
Total	43.323	115.905

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	348.836	350.633
Coobrigações em cessões de crédito	62	-
Total	348.898	350.633

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	507.921	432.834
Nível I (NI)	506.561	430.947
Capital principal - CP	506.561	430.947
Capital social	235.993	214.856
Reservas de capital	247.356	192.721
Lucros acumulados	29.009	27.054
Ajustes Prudenciais	(5.797)	(3.684)
Nível II (NII)	1.360	1.887
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	1.360	1.887
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.973.114	1.451.654
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.097	1.910
Margem de Capital (i)	297.647	287.574
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,74%	29,82%
Situação de Imobilização (Imob)	26.269	26.073
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,17%	6,02%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Roberto Menezes de Vargas
Diretor Executivo
CPF: 681.998.300-00

Almir Augusto Martini
Diretor de Operações
CPF: 395.247.361-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20